

BOLETIM DO GEPELE

(Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecológica)



Número 10, 2022

ISSN 2763-7255



UnB

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Departamento de Linguística

Instituto de Letras

Universidade de Brasília

Câmpus Universitário Darcy Ribeiro

CEP 70910-900 Brasília, DF

Organizadores:

Hildo Honório do Couto
Anderson Nowogrodzki da Silva

SUMÁRIO

GUERRA?	4
Poema de Francisco Gomes de Matos	
1. INTRODUÇÃO	5
2. ARTIGOS	
Novas reflexões sobre a Análise do Discurso Ecológica	7
Hildo Honório do Couto	
O conceito de discurso sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecológica	16
Anderson Nowogrodzki da Silva	
Contributos para a discussão em torno da Análise do Discurso Ecológica	22
Rui Ramos	
A César o que é de Deus: Análise Discursiva Ecológica do slogan publicitário-político: “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”	27
Samuel de Sousa Silva	
Florestas ‘(im)plantadas’ e o discurso ‘verde’ do agronegócio: um olhar sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecológica	36
Gilberto Paulino de Araújo	
A presença da Linguística em livros didáticos de Ensino Médio: uma proposta de Análise do Discurso Ecológica	46
Davi Borges de Albuquerque	
A vulnerabilidade comunicativa em audiências do Juizado Especial Cível à luz da Análise do Discurso Ecológica	53
Tadeu Luciano Siqueira Andrade	
Breve histórico da jovem Análise do Discurso Ecológica	63
Ubirajara Moreira Fernandes	
3. RESENHAS	68

CONTRIBUTOS PARA A DISCUSSÃO EM TORNO DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA

Rui Ramos

Universidade do Minho, Portugal

1. A presente reflexão pretende prestar um contributo para a discussão em torno da Análise do Discurso Ecológica (ADE), tal como Couto; Couto; Borges (2015¹, 2018, 2020, entre outros) a apresenta². Mais do que soluções, respostas ou posicionamentos definitivos, pretende levantar algumas questões e suscitar a discussão. As reflexões decorrem de um posicionamento que reconhece o contínuo questionamento de que a ciência se alimenta, a sua busca permanente para a inacessível verdade, e a consciência da efemeridade do conhecimento e da intangibilidade do saber absoluto.

2. Em 1970, Einar Haugen proferiu a conferência “The Ecology of Language”, na qual evocou um novo estudo “ecológico” das inter-relações entre as línguas, quer ao nível da consciência individual, quer ao nível da interação social em comunidades multilíngues. Este posicionamento rompe com os quadros teórico-metodológicos formais de análise das línguas, que se restringem à abordagem dos sistemas linguísticos até ao limite da frase, ignorando a enunciação e o influxo dos dados contextuais para a descrição dos fenómenos linguísticos.

Para Haugen, a noção de “ecologia” apresenta um uso metafórico, que considera as línguas nos seus contextos (mental e social). E o investigador apontava um conjunto de questões “ecológicas” para o estudo de cada língua, cujas respostas poderiam ser perseguidas por diferentes ramos da linguística: linguística histórica e descritiva, demografia linguística, sociolinguística, dialinguística, dialetologia, filologia, linguística prescritiva, lexicologia, etc. Percebe-se nestas propostas uma orientação para a “integração interdisciplinar” (RAMOS, 2004, p. 547), o que não é estranho a posicionamentos de outros investigadores que propuseram, na mesma época, abordagens que fossem capazes de realizar uma “efectiva aproximação aos fenómenos comunicativos – procurando, então, levantar no aparente caos ou na variedade aparentemente inesgotável do exercício discursivo princípios integradores e regularidades sistematizáveis e propor em consonância com isso uma caracterização adequada da própria estrutura da língua” (FONSECA, 1994, p. 97-98).

Em rigor, Haugen não foi o primeiro a evocar a relação entre língua e ambiente. Já Sapir (2001 [1912]) antes o havia feito, mas usando uma noção de “ambiente” própria do seu tempo e, portanto, diversa da atual.

Mais recentemente, mas na esteira das ideias seminais de Haugen, outros investigadores têm apresentado propostas que unem a abordagem da língua e dos discursos de modo articulado. Em alguns casos, não só usando a ecologia como metáfora, tal como Haugen fazia, mas aproximando-se de um uso denotativo. É o caso de Hildo Honório do Couto, com uma proposta, que tem vindo a evoluir ao longo dos últimos anos, e que hoje pode ser chamada Análise do Discurso Ecológica (ver, por exemplo, entre as obras mais recentes, COUTO 2020).

Uma das propostas de Couto que divergem das de Haugen está na noção de “ambiente”. Em um texto publicado em 2013 (mas retomando ideias já expressas anteriormente), Couto assinala que o facto de Haugen considerar que o meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa constitui “um problema” (COUTO, E, 2013, p. 11). No texto

¹ Neste obra, Couto ainda usa a designação “Análise do Discurso Ecológica”, mais tarde abandonada em favor de “Análise do Discurso Ecológica”.

² Ver também E. Couto & E. Fernandes, 2021, publicação que se inscreve na mesma linha de estudos.

assinalado, assim como em outros, Couto distingue o meio ambiente “natural, o mental e o social” (2013, p. 13). Esta especificação permite análises mais detalhadas e focalizadas. As propostas de Couto incluem diversos tópicos que me parecem altamente produtivos para a análise da língua e dos discursos. Outros são, do meu ponto de vista, polêmicos ou necessitam de melhor explicitação e evolução (ou de melhor apreensão da minha parte). Aponto alguns:

a) reconhecimento da língua como repositório da experiência vital de uma comunidade de fala / comunidade de língua. De facto, as línguas servem as comunidades, restritas ou alargadas, que as falam. Trata-se de um fenómeno prolongado no tempo, dialógico e altamente complexo, que não pode senão deixar as suas marcas inscritas na língua. Essas marcas podem ser analisadas como testemunho do devir histórico, das relações sociais, das atividades agrícolas ou industriais dos povos, da sua relação com o transcendente, dos valores sociais que vão adotando ao longo dos tempos, etc. A sua análise ecológica, descrevendo o local e enquadrando-o no global, e reconhecendo as interações entre um e outro níveis, parece mais produtiva do que análises formais descontextualizadas;

b) reconhecimento do dialogismo como dimensão fundamental dos textos-discursos, aquilo a que a ADE chama “interação comunicativa”. Esta pressupõe “comunhão”, sintonia sobre as dimensões essenciais sobre o discurso, como o tópico, o respeito pela vez, a coconstrução discursiva, etc. Tal é perfeitamente compreensível quando se examina, por exemplo, o que Adam designa como tipo textual dialogal, nas suas propostas de tipologia textual; mas há que reconhecer que todo o texto-discurso (aqui incluídos os textos-discursos monogerados e monogeridos) inclui uma imagem do seu alocutário, se dirige a ele, incorpora expectativas sobre ele que enformam esse texto-discurso). Neste campo, pode convocar-se as críticas que Fonseca faz à teoria dos atos de fala de Searle, por este ignorar as respetivas dimensões sequenciais e interativas dos discursos, centrando excessivamente os seus critérios no locutor, excluindo a participação fundamental do alocutário na realização dos atos de fala (nomeadamente, naqueles que Hancher designa como “atos pré-cooperativos”) (RAMOS, 2005).

c) consideração do enunciado como unidade de comunicação, e não frases isoladas, partes de um sistema abstrato. Como refere Bakhtin[e]³, “cada enunciado é um elo na corrente complexa organizada de outros enunciados” (BAKHTINE, 2006, p. 272). Contudo, a ADE não exclui a análise e a descrição de aspetos parcelares e focalizados das línguas. Usa a metáfora do indivíduo que sobe a um lugar alto para obter uma visão geral sobre o seu entorno, mantendo a possibilidade de focalizar o seu olhar analítico sobre algum detalhe específico. O procedimento ideal seria o de conseguir descrever adequadamente o objeto local sem perder de vista o cenário global. E **incluir na descrição a teia de relações entre os dois, de modo articulado, mostrando as dependências, as causas e as consequências, os efeitos de interação entre o nível local e o nível global** (como, aliás, sublinha Couto numa publicação de 2020);

d) em termos metodológicos, Couto fala da “ecometodologia” da linguística ecossistémica e define-a afirmando “que é eminentemente uma multimetodologia” (COUTO, 2018, p. 20). Esta ecometodologia aceita métodos indutivos e dedutivos, sem restrições, e abre-se ao influxo de ciências diversas, incluindo aquelas que não se inscrevem no âmbito das ciências sociais e das humanidades. Afirma:

³ Traduções diversas consolidaram a forma “Bakhtin” no português brasileiro e a forma “Bakhtine” no português europeu.

“como nos mostra o perspectivismo (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 43-67, 180-190), só conseguimos ver um pequeno aspecto do objeto investigado de cada vez. Para vê-lo na íntegra é preciso integrar diversas abordagens teórico-metodológicas. Para fazer isso, precisamos da ajuda de especialistas nas diversas áreas, uma vez que o conhecimento está altamente fragmentado” (COUTO, 2018: 23).

Couto justifica ainda:

“Por isso, a linguística ecossistêmica utiliza a visão multilateral da ecometodologia. Ela tem consciência de que tanto os métodos indutivos quanto os dedutivos contêm uma parcela de verdade. Por isso, é preciso pôr os dois a dialogar entre si, enfim, entre indução e dedução tem que haver uma interação dialética” (COUTO, 2018, p. 23)

O propósito é claramente louvável: em vez de ver o mundo fragmentado ou parcelar, parece ser bem mais sensato ousar abarcar a complexidade. Contudo, existe uma ameaça à coerência da proposta teórica pela adoção destes princípios metodológicos. Pode uma multimetodologia, associada a uma multidisciplinaridade ou a uma transdisciplinaridade, provocar uma perda de especificidade científica? Poderá uma abordagem ser tão holística que resulte em generalidades improdutivas? Uma teoria de tudo arrisca transformar-se numa generalização, uma teoria de nada.

Este poderá ser um risco, se forem ultrapassados limites de especificidade. Talvez a ADE necessite de traçar alguns limites; ou talvez eles se imponham naturalmente aos investigadores e este risco seja minimizado ou anulado. Provavelmente, o foco da questão não se colocará nos princípios metodológicos gerais, mas na sua aplicação em abordagens concretas.

e) o posicionamento “empenhado” ou “engajado” do investigador é claramente assumido pela ADE. Este posicionamento não é novo nas ciências sociais e humanas, nomeadamente na linguística – veja o caso da análise crítica do discurso.

No caso da ecolinguística, tal posicionamento é explicitamente assumido por múltiplos autores. Alwin Fill refere, num texto publicado em 2000:

As we approach 2000, language ecology of the Haugenian tradition more and more concerns itself with the situation of many of the world’s languages, which parallels that of many species of animals and plants, i. e., **the danger of becoming extinct!** The ecology of language(s) thus merges with the movement for the salvation of endangered languages, which is gaining strength as the turn of the century approaches (FILL, 2002, p. 163).

Este excerto remete para a dimensão interventiva da ecolinguística, afastando-se de posicionamentos descritivistas mais isentos. Couto refere a adoção de uma ecoideologia, rejeitando a adoção de atitudes politicamente assumidas, mas não a adoção expressa de uma ideologia nem de uma orientação prescritivista. Afirma:

“Uma questão com a qual todo cientista tem que se avir é a da neutralidade relativamente ao objeto investigado, evitando que seu engajamento enviase o resultado. Em época recente, duas posições foram defendidas. A primeira é a

da objetividade total, ou seja, de que o cientista deve se manter inteiramente neutro frente ao objeto de estudo. Essa é a posição do positivismo de Comte e Durkheim (LÖWY, 1985). Por outro lado, temos a posição do agrobiólogo soviético Trofim Denisovitch Lyssenko, de acordo com a qual não há neutralidade na ciência, toda pesquisa é engajada, reflete a ideologia perflhada pelo pesquisador que, no caso dele, era o materialismo dialético e histórico. (...) Na verdade, a neutralidade absoluta é impossível, mas deixar que a ideologia e as preferências do investigador direcionem os resultados é condenável” (COUTO, 2018, p. 21-22)

Em sequência, convoca outros autores, que consolidam o ponto de vista segundo o qual a neutralidade absoluta não existe, o que significa que um conceito de verdade absoluta também não é alcançável. Cita Chew, que afirma que "os cientistas não lidam com a verdade; lidam com descrições limitadas e aproximadas da realidade" (COUTO, 2018, p. 22); e cita Capra, segundo o qual “a ciência procura ‘descrições aproximadas’” (CAPRA, 1998, p. 133ss, in COUTO, 2018, p. 24).

De facto, neutralidade ou objetividade absolutas não existem. Toda a descrição de um objeto se ancora num determinado ponto de vista, decorre de uma cultura, usa uma língua, inscreve-se numa situação comunicativa específica. Ainda assim, é viável buscar a objetividade possível, dentro dos limites humanos a que estamos sujeitos, mesmo no campo das ciências sociais e humanas. A forma de o investigador se defender da sua própria subjetividade é dar a máxima ênfase aos objetos em análise, aos textos-discursos, remetendo a sua descrição radicalmente para o material verbal, na respetiva articulação com os contextos em que este ocorre.

Um dos riscos da adoção de posições empenhadas é o de estas acabarem por colocar o investigador a pregar a convertidos; outro é o de perder toda a credibilidade quando as circunstâncias políticas ou sociais se alteram. Se o investigador se confunde com o ativista ou o propagandista político, afasta-se do objetivo de analisar e descrever os seus objetos de estudo de modo aceitável para a generalidade dos potenciais destinatários, entre os quais se conta a comunidade científica.

Neste aspeto, partilho do posicionamento de Fill: “*ecological language awareness* is the aim, not “*ecocorrectness*”!” (2002, p. 22).

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- COUTO, E. *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Campinas: Pontes, 2013.
- COUTO, E.; Fernandes, E. *Análise do Discurso Ecolinguística: teoria e prática*. Brasília, 2021. PPGL/Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>
- COUTO, H.; COUTO, E.; BORGES, L. *Análise de Discurso Ecológica - ADE*. Campinas: Pontes, 2015.
- COUTO, H. A metodologia da linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 4, n. 2, p. 18-33, 2018. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/12355/10835>
- COUTO, H. Análise do Discurso Ecolinguística - ADE. *Árboles y Rizomas*, v. II, n. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35588/ayr.v2i2.4634>.
- FILL, A. Tensional Arches: Language and Ecology. In: FILL, A.; PENZ, H.; TRAMPE, W. (orgs.) *Colourful Green Ideas. Papers from the Conference '30 years of*

- language and ecology*' (Graz, 2000) and the Symposium 'Sprach und Ökologie' (Passau, 2001). Berna: Peter Lang, p. 15-27, 2002.
- FONSECA, J. O lugar da Pragmática na Teoria e na Análise Linguísticas. In: *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, p. 95-104, 1994.
- HANCHER, M. The classification of cooperative illocutionary acts. *Language in society* v. 8, n. 1, p. 1-14, 1979.
- HAUGEN, E. The Ecology of Language. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (orgs.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*, Londres: Continuum, p. 57-66, 2001 (1972).
- RAMOS, R. Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso?. In: OLIVEIRA, F.; DUARTE, I. M. (orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, p. 545-562, 2004.
- RAMOS, R. O acto ilocutório de convite no discurso infantil. In: MARQUES, M. A. et al. (orgs.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de Investigação e Ensino*. Braga: Centro de Estudos Humanístico - Universidade do Minho, p. 239-260, 2005.
- SAPIR, E. Language and Environment. In: FILL, A.; P. MÜHLHÄUSLER, P. (orgs.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. Londres: Continuum, p. 13- 23, 2001 (1912).